



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
Camila Lacerda Couto - Especialização
Cléo Belício Lopes - Especialização
Daniel Flores - Pós-Doutorado
Débora Flores - Mestrado
Denize Brum Camargo - Graduação
Flavia Helena Conrado - Mestrado
Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
Raquel Miranda da Silva - Especialização
Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
Rosani Gorete Feron - Especialização
Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES PÔSTERES

EIXO:

GESTÃO DOCUMENTAL

Comissões de Avaliação de Documentos das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sul do Brasil

Evelin Melo Mintegui
Thaís Xavier da Silveira
Bruna Carbalho Dominguez de Almeida

RESUMO

O projeto Comissões de Avaliação de Documentos das IFES da Região Sul do Brasil tem como objetivo geral conhecer as comissões de avaliação de documentos das IFES da Região Sul do país. Seus objetivos específicos são verificar a existência de comissões de avaliação de documentos nas referidas IFES, apresentar o perfil de seus membros, levantar a forma de escolha desses membros, bem como analisar o papel das comissões de avaliação de documentos nas instituições: se deliberativo ou apenas burocrático. Trata-se de pesquisa aplicada, qualitativa, com procedimentos técnicos que podem caracterizá-la tanto como um estudo do tipo levantamento, quanto uma pesquisa documental (prevê coleta de dados por questionários, entrevista e estudo de documentos publicados pelas comissões).

Palavras-chave: Comissões de Avaliação. Gestão. Instituições Federais de Ensino Superior

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão é uma iniciativa que envolve o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso de Arquivologia, procurando com isso estimular a produção em temática pouco trabalhada na área, neste caso a avaliação de documentos de arquivo. Pretende assim obter como resultados artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos, tanto na própria FURG quanto em demais oportunidades de divulgação de conhecimento na área. O vínculo com o ensino se evidencia na participação de discentes desde o momento da concepção da pesquisa, oportunidade de desenvolvimento e aprendizado, contando inclusive como atividade complementar de graduação. Embora o projeto não traga produtos diretamente relacionados com a função de extensão universitária, entende-se que a preocupação com a forma de selecionar os documentos que farão parte do patrimônio documental e histórico das universidades revela a preocupação com a consequência dessas escolhas para a vida das pessoas que fazem parte das comunidades que constituem essas instituições de ensino, uma vez que estes documentos podem ser capazes de representar aspectos da memória local.

A avaliação de documentos é uma das funções arquivísticas mais relevantes, tanto por seu caráter técnico quanto pelas consequências sociais que apresenta. É durante o processo de análise de documentos de arquivo que se definem os prazos de retenção em cada fase do ciclo documental (corrente, intermediária, permanente). Essa análise permite a construção de um importante instrumento de gestão documental, que é a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD). Em última instância, é através desse instrumento que se formaliza a decisão de quais documentos podem ser eliminados e quais serão preservados indefinidamente.

No Brasil existe regulamentação a respeito do processo de eliminação de documentos. A Resolução nº 7, de 20 de maio de 1997, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) estabelece que a eliminação de documentos públicos só pode ser realizada após conduzido o processo de avaliação pela respectiva Comissão Permanente de Avaliação. Uma comissão de avaliação é, por sua vez, uma comissão formada dentro das entidades com a atribuição de definir, aprovar e/ou alterar prazos de guarda dos documentos de arquivo.

A presente pesquisa pretende levantar a composição e o caráter de atuação dessas comissões de avaliação de documentos de arquivo (CAD) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da Região Sul do país. A escolha pelas IFES foi condicionada pela existência de instrumentos de gestão especializados para a atividade-fim de existência das mesmas (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-fim das IFES), desenvolvida pelo CONARQ. A escolha da região sul do país trata-se de uma amostra por conveniência e facilidade de acesso presencial dos pesquisadores, caso seja necessário.

A bibliografia arquivística sugere determinada configuração para as comissões de avaliação de documentos, bem como atribuições gerais para as mesmas. Entretanto, permanece a possibilidade desse tipo de comissão apresentar-se somente como um instrumento burocrático, sem maiores reflexões, com a finalidade única de certificação de um processo de eliminação de documentos. Essa preocupação surge diante das diversas possibilidades que podem ser subentendidas de uma comissão deste tipo, especialmente a capacidade de representação da comunidade produtora e usuária dos documentos no momento de decisão a respeito de sua destinação (guarda ou eliminação).

Feitas estas considerações, pode-se apresentar os objetivos desta pesquisa. O objetivo geral é o de conhecer as comissões de avaliação de documentos das IFES da Região Sul do país. Como objetivos específicos propõem-se: verificar a existência de comissões de avaliação de documentos nas referidas IFES; apresentar o perfil de seus membros; levantar a forma de escolha desses membros; e analisar o papel das comissões de avaliação de documentos nas instituições: se deliberativo ou apenas burocrático.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Schellenberg (2004) desde o século XVIII, devido o aumento da população e, conseqüentemente, o aumento das atividades governamentais, existe uma desenfreada produção de papéis. Dessa forma, uma redução dos documentos é necessária, uma vez que “torna-se impossível prover espaço para armazená-los, bem como pessoal para cuidar dos mesmos” (SHELLENBERG, 2004, p. 179). Neste contexto, surge a necessidade de avaliar documentos de arquivo, a fim de determinar valores que identifiquem quais informações são indispensáveis para a sociedade, devendo ser preservadas, e quais poderão ser eliminadas.

Para Ieda Bernardes (1998) a avaliação de documentos é o

trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediate e mediato) e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental. (BERNARDES, 1998, p. 7)

Podemos ver, que a teoria citada, leva em consideração os valores primário e secundário dos documentos, sendo que estes serão atribuídos em um processo de avaliação.

Schellenberg é considerado o pai da avaliação arquivística, segundo Makhoul e Cavalcante (2008), por ter criado a teoria de valor, que determina dois valores aos documentos.

Podemos relacionar aqui, os valores mediato e imediato citados por Bernardes (1998), uma vez que o valor primário tem um cunho administrativo, servindo aos produtores dos documentos e, por conseguinte, tendo um valor imediato. Sendo assim, cabe ao valor secundário o mediatismo de Bernardes, já que

os documentos apresentam um valor diferente do motivo pelo qual foram criados, apresentando uma importância informativa e histórica que atrai um público composto por pesquisadores devido sua relevância social.

A avaliação é uma função arquivística determinante, uma vez que os documentos que não apresentam um valor secundário, deverão ser eliminados. Esse é o sentido da avaliação, preservar o que realmente é necessário e contribuir com as administrações através da racionalização de tempo e espaço. Contudo, esta tarefa deve ser desempenhada juntamente com as comissões de avaliação de documentos, já que os documentos administrativos possuem informações referentes à diversas áreas, o que torna-se um convite a outros profissionais que possam contribuir com a função, além de tornar o processo imparcial e justo com cada uma das áreas de atuação da instituição.

De acordo com o Arquivo Nacional, as Comissões de Avaliação E Destinação de Documentos são definidas como “Grupo multidisciplinar encarregado da avaliação de documentos de um arquivo, responsável pela elaboração de tabela de temporalidade”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005 p. 52). Há também o conceito de Bernardes (1998) que reforça a definição do DBTA incluindo a aplicação dos instrumentos de gestão documental as Comissões de Avaliação:

As Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo são grupos permanentes e multidisciplinares responsáveis pela elaboração e aplicação, em suas respectivas áreas de atuação, de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos. (BERNARDES, 1998 p.37).

Cabe aqui destacar a importância da multidisciplinaridade, pois permite que se tenha uma gama de visões sobre o mesmo objeto de estudo, dificultando que a visão de apenas um profissional decida o destino de documentos com relevância para a instituição a qual se está avaliando.

Com a responsabilidade de orientar e realizar o processo de classificação e avaliação dos documentos produzidos, recebidos e acumulados em sua esfera de atuação, as Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo deverão ser as principais interlocutoras, o elo de ligação entre os órgãos que representam e o grupo que coordena o programa de gestão documental, disseminando a orientação técnica e o conhecimento arquivístico recebidos, bem como, disponibilizando ao programa um saber específico de cada uma de suas áreas de atuação. (BERNARDES, 1998, p.38).

METODOLOGIA

Esta pesquisa está embasada em uma metodologia que propicia a investigação de como ocorre a formação e participação das Comissões de Avaliação de Documentos nas Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sul do Brasil. Dessa forma, pretende-se explorar a realidade encontrada nessas Instituições, a fim de debater pontos positivos e negativos.

A natureza desta pesquisa é aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimento sobre a situação de formação e participação das comissões de Avaliação de Documentos nas já citadas Instituições. Quanto à forma de abordagem do problema, apresenta-se uma pesquisa qualitativa, já que o foco é conhecer uma realidade, sem a necessidade de utilizar métodos estatísticos. Do ponto de vista de seus objetivos, trata-se pesquisa exploratória e descritiva, devido seu caráter de tentativa de familiaridade com o problema da pesquisa e descrição das características encontradas a partir do levantamento de dados.

Em relação aos procedimentos técnicos, este estudo pode ser classificado como um levantamento, ou seja, “quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” (SILVA E MENEZES, 2001), pois prevê a criação de um questionário, sendo este, segundo Menezes e Silva (2005, p. 33), “uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante”. O questionário em questão, deverá conter perguntas abertas e fechadas direcionado aos membros das comissões de avaliação das IFES selecionadas. Este instrumento será criado a partir do Google Docs, ferramenta que facilita o registro e tabulação dos dados levantados, além da evidente facilidade de coleta de dados através da internet. Além desse instrumento para a coleta de dados planeja-se a elaboração e aplicação de um formulário, que nada mais é do que “uma coleção de questões e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com a outra pessoa (o informante)” (MENEZES E SILVA, 2005, p. 34). Ou seja, o formulário ganhará um sentido de roteiro de entrevista, a ser aplicado a pelo menos um dos membros de cada CAD após a primeira coleta de dados via questionário.

O estudo também pode ser compreendido em outro aspecto como pesquisa documental, uma vez que prevê o estudo de documentos que regulem a composição

das comissões de avaliação, bem como outras formas de divulgação de atividades das referidas comissões.

RESULTADOS PARCIAIS

O estudo ainda conta com poucos resultados, tendo sido realizado contato informal com as instituições para identificar o responsável por responder em nome das mesmas.

O questionário enviado apresentava como primeira página um termo de compromisso, que pensava-se, seria garantidor de sigilo, tanto na coleta como na divulgação dos dados.

Surpreendentemente, a maioria dos questionários recebidos não aceitou o termo de consentimento. A equipe ainda estuda se altera o questionário ou solicita as informações via Sistema de Informações ao Cidadão, baseada na Lei de Acesso à Informação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.